

VOCÊ PAGA MAIS, ELES NÃO ENTREGAM

Em dezembro de 2025, um vendaval derrubou a rede elétrica de São Paulo e 2,2 milhões de imóveis ficaram sem luz no pico da crise — seis dias depois, mais de trinta mil ainda estavam no escuro. Sete meses depois, a mesma concessionária teve reajuste de 10,18% homologado.

Não faltou punição no papel. A ANEEL já tinha aplicado mais de R\$ 320 milhões em multas sem que o serviço melhorasse, reprovou sete planos de resultados da empresa e o plano de recuperação apresentado depois do apagão, e abriu por unanimidade o processo para cassar a concessão.

Em meio à crise, veio o aumento na sua conta. Assinado não pela empresa, mas pela mesma agência que agora tenta cassá-la. O processo, aliás, seguiu aberto depois do aumento. A punição corre num trilho, a tarifa corre em outro. E os dois trilhos passam por dentro da mesma casa: a de quem paga a conta. A empresa ficando ou saindo, a sua conta continuará aumentando.

Quem acha que isso é vício de concessões privadas precisa conhecer o caso do Amapá. Em novembro de 2020, pegou fogo a subestação que liga o estado inteiro à rede elétrica nacional. Treze dos dezesseis municípios ficaram vinte e dois dias sem energia, com cerca de 660 mil pessoas no escuro, em plena pandemia. A linha era operada por uma empresa privada, a LMTE, que meses antes havia trocado de dono: saiu de um grupo espanhol quebrado para as mãos de dois fundos de investimento.

O Ministério Público Federal processou todos os envolvidos, pedindo R\$ 70 bilhões: a LMTE, que segundo o MPF não fez a manutenção dos transformadores; a CEA, distribuidora que na época era estatal e descumpriu o rodízio determinado; e ainda o ONS, que opera o sistema, a ANEEL, que fiscaliza, a EPE, que planeja, e a própria União.

Operador privado, estatal, fiscal, planejador e governo, todos no mesmo banco dos réus. E o morador de Macapá, vinte e dois dias no escuro, esperando qualquer um deles funcionar. O apagão vira manchete porque tem data, imagem e culpado aparente. Mas existe uma falha pior, que não tem nenhum dos três.

Em Porto Velho, capital de Rondônia, quem cuida da água é a companhia estadual. Em 2024, apenas 30% da população tinha atendimento de água tratada — o pior índice entre as cem maiores cidades do país. Sete em cada dez pessoas sem água na torneira, numa capital brasileira. Sem vendaval, sem incêndio, sem o dia em que "aconteceu": é assim há anos, e piorou — no ano anterior, eram 35% atendidos.

E é por isso que você nunca viu essa história no jornal: falha que não tem data, não tem manchete. Não existe o dia em que o desastre aconteceu pra equipe de reportagem chegar, nem vilão da vez para apontar o dedo — o que existe é uma torneira que abre seca ou barrenta todos os dias, faz anos, na casa de gente que nunca virou notícia.

Quando dá para atacar uma concessão privada e capitalizar a crise, o assunto vira manchete. Quando dá pra atacar uma estatal e empurrar uma privatização, também. O que rende voto (ou lucro) aparece nas manchetes e palanques eleitorais.

Mas os problemas estruturais, alguém discute? As agências reguladoras que fiscalizam tudo isso, são cobradas? Enquanto a atenção do país continuar só no que vira escândalo imediato, quem erra constantemente sem escândalo vai continuar errando.

- **Tarifa sem melhora:** Reajustes tarifários convivem com apagões, multas milionárias, planos de recuperação rejeitados e ameaça de cassação da concessão da Enel em São Paulo.

- **Falha sistêmica:** O apagão do Amapá expôs responsabilidades distribuídas entre concessionária privada, estatal, órgãos reguladores, planejadores e governo, sem garantia de funcionamento do sistema.

- **Abandono estrutural:** Serviços deficientes e permanentes, como o abastecimento de água em Porto Velho, recebem menos atenção política do que crises que podem ser exploradas no debate entre privatização e estatização.

